

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC

CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

DIEGO TONETTO ACORDI

**CUSTO DO BENEFICIAMENTO DO ARROZ: UM ESTUDO DE CASO DE UMA
COOPERATIVA DE BENEFICIAMENTO LOCALIZADA NO SUL DE SANTA
CATARINA.**

CRICIÚMA

2017

DIEGO TONETTO ACORDI

**CUSTO DO BENEFICIAMENTO DO ARROZ: UM ESTUDO DE CASO DE UMA
COOPERATIVA DE BENEFICIAMENTO LOCALIZADA NO SUL DE SANTA
CATARINA.**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de graduação no curso de Administração de Empresas da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientador: Prof. Msc. Tiago Comin Colombo.

**CRICIÚMA
2017**

Diego Tonetto Acordi

**CUSTO DO BENEFICIAMENTO DO ARROZ: UM ESTUDO DE CASO DE UMA
COOPERATIVA DE BENEFICIAMENTO LOCALIZADA NO SUL DE SANTA
CATARINA.**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado
para obtenção do grau de graduação no curso
de Administração de Empresas da
Universidade do Extremo Sul Catarinense,
UNESC.

Criciúma, 05 de junho de 2017.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Tiago Comin Colombo - (UNESC) - Orientador

Prof. Abel Correa de Souza - Titulação - (UNESC)

Prof. Jorge Antonio Marcelino - Titulação - (UNESC)

Dedico este trabalho aos meus pais, que não mediram esforços para que mais, esta etapa no meu ciclo de vida pudesse ser cumprida. Obrigado.

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer em especial e primeiramente aos meus pais, o Sr. Darlei Menegon Acordi e a Sra. Zenir Tonetto Acordi, por não medirem esforços em momento algum da sua vida, desde a minha concepção até o presente momento. Sempre me apoiando e impulsionando os meus sonhos para que pudesse deixar o plano abstrato e tornar-se realidade.

Agradeço a Denilson de Oliveira, gerente da unidade beneficiadora de arroz por ter cooperado com este trabalho, permitindo que com êxito, ele fosse concluído, não medindo esforços e auxiliando-me durante a coleta de dados.

Agradeço ainda, em especial ao mestre professor Tiago Comin Colombo, que primeiramente aceitou a difícil tarefa de me orientar e com sabedoria conseguiu instigar-me a terminar o presente trabalho, sendo que sua contribuição foi sem dúvida indispensável para o êxito de mais esta etapa.

Não poderia deixar de agradecer aos meus colegas de classe, que me acompanharam durante todo o percurso, e de alguma contribuíram durante a trajetória.

Agradeço aos ensinamentos dos mestres e professores que proporcionaram a nós a oportunidade de estar compartilhando seu conhecimento e suas experiências de vida e profissional, contribuindo assim para a formação de nós, futuros administradores.

Agradeço desta forma, a todos aqueles que tiveram sua parcela de contribuição nesta trajetória, independente da parcela de participação. Obrigado a todos.

“Administre o seu tempo, como administra o seu dinheiro. O tempo também é visto como investimento. Não perca tempo com o que não te traz qualquer tipo de produtividade.”

Tayrelene do Vale

RESUMO

Diego Tonetto Acordi. **Custo do beneficiamento do arroz: um estudo de caso de uma cooperativa de beneficiamento localizada no sul de Santa Catarina.** 2017. 60 páginas. Monografia do Curso de Administração de Empresas da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC.

Nos dias atuais torna-se necessário conhecer afundo e de forma precisa os custos que cada produto acarreta a empresa. Desta forma, o presente estudo teve por objetivo principal de apresentar o rateio geral do beneficiamento de arroz de uma cooperativa na cidade de Turvo/SC. Para que o objetivo fosse alcançado, o estudo utilizou-se de uma pesquisa descritiva de abordagem qualitativa e quantitativa, ou como conhecido por alguns autores, de tória mista. Apesar da cooperativa ter uma abrangência de cinco unidade, o estudo focou somente na indústria onde ocorre o beneficiamento, e a administração central da cooperativa. Os dados apresentados na análise de dados são referentes ao mês de Fevereiro do ano em curso. No momento do estudo, a fim de verificar se haveria discrepância entre a modalidade de rateio por quantidade e por custo, pode-se verificar que a primeira é mais precisa por fornecer os custos reais de cada produto, de forma individual. Ou seja, apresenta o custo final do produto para a empresa. A empresa pesquisada possui diferencial em relação a muitas outras do segmento, itens como água e contabilidade não são adicionadas ao custo. O primeiro, em função da empresa ter um poço artesiano que abastece a toda a unidade, e o segundo, porque os profissionais que realiam a contabilidade, são contratados como colaboradores do quadro efetivo da empresa.

Palavras-chave: Custos. Gestão financeira. Controle.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – FLUXOGRAMA DA EMPRESA.....	42
---------------------------------------	----

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – DEPRECIAÇÃO/AMORTIZAÇÃO GERAL DOS BENS DA EMPRESA	43
TABELA 2 – CUSTOS FIXOS	44
TABELA 3 – CUSTOS DE ARMAZENAGEM DO ARROZ NA EMPRESA.....	45
TABELA 4 – CUSTO DA PARBOLIZAÇÃO DO ARROZ.....	46
TABELA 5 – EXPEDIÇÃO DO ARROZ.....	46
TABELA 6 – CUSTOS COM OS SERVIÇOS GERAIS	47
TABELA 7 – CUSTOS COM O SERVIÇO DE APOIO	47
TABELA 8 – TOTAL DO CUTO DO ARROZ BRANCO	48
TABELA 9 – DEMONSTRAÇÃO DO RATE IO DO ARROZ BRANCO	49
TABELA 10 – DESPESAS DO ARROZ PARBOLIZADO.....	50
TABELA 11 – DETALHAMENTO DO ARROZ PARBO	50
TABELA 12 – MATERIAIS UTILIZADOS NO FARELO.....	50
TABELA 13 – DETALHAMENTO DO FARELO.....	51
TABELA 14 – ARROZ BRANCO	51
TABELA 15 – ARROZ PARBOILIZADO	53
TABELA 16 – FARELO.....	53

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

SC Santa Catarina

UNESC Universidade do Extremo Sul Catarinense

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	SITUAÇÃO PROBLEMA	14
1.2	OBJETIVOS	15
1.2.1	Objetivo geral	15
1.2.2	Objetivos específicos	15
1.3	JUSTIFICATIVA	15
2	FUNDAMENTAÇÃO TEORICA	18
2.1	CADEIA PRODUTIVA DE ARROZ	18
2.1.1	O arroz e sua história	18
2.2	AGRONEGÓCIO	20
2.3	O COOPERATIVISMO	22
2.3.1	Princípios do Cooperativismo	23
2.4	CUSTOS	26
2.4.1	Gastos	26
2.4.2	Despesas	27
2.4.3	Investimentos	28
2.4.4	Desperdícios	29
2.4.5	CUSTOS DIRETOS	30
2.4.5	Custos Indiretos	32
2.4.6	Custos Fixos	33
2.4.7	Custos Variáveis	34
3	METODOLOGIA	36
3.1	DELINIAMENTO DA PESQUISA	36
3.2	DEFINIÇÕES DA ÁREA E DO PÚBLICO ALVO	38
3.3	PLANO DE COLETA DE DADOS	38
3.4	PLANO DE ANÁLISE DE DADOS	39
4	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	41
4.1	HISTÓRICO E ORGANOGRAMA	41
4.2	CUSTOS DE INDUSTRIALIZAÇÃO DA EMPRESA	43
4.2.1	Custos indiretos	43
4.3	CUSTOS RELACIONADOS AO ARROZ PARBOILIZADO	45

4.4	CUSTOS RELACIONADOS AO ARROZ BRANCO	48
4.5	ARROZ PARBOILIZADO	50
4.6	FARELO.....	50
4.7	ANÁLISE GERAL	54
5	CONCLUSÃO	55
6	REFERÊNCIAS	56

1 INTRODUÇÃO

O atual cenário econômico mundial, mostra-se totalmente competitivo, fazendo com que as organizações estejam preparadas e cada vez mais com o controle de suas operações, ao menos é o que se espera de uma empresa, é o que se esperaria de organizações que possuem o seu departamento financeiro bem estruturado.

Desta forma, o planejamento da sua produção pode ocorrer conforme a demanda estabelecida pelos compradores, tendo às indústrias as possibilidades de se programem para a variabilidade pela qual o mercado constantemente passa.

De uma maneira mais específico este trabalho junto a uma indústria de beneficiamento de arroz busca transmitir todo o seu custo de produção, assim como o preço de venda de seus produtos, ainda verificando e analisando setor por setor trazendo desta forma, um estudo de melhorias.

O planejamento estratégico, de acordo com Andrade (2012, p.12) é “um processo formal, racional, sistêmico e flexível que visa facilitar a tomada de decisões, o alcance de objetivos e o direcionamento da organização”. O mesmo tem sido reconhecido como uma importante ferramenta gerencial para auxiliar a gestão em seu processo decisório, pois projeta seu futuro, tendo um melhor controle das operações e auxiliando para que as informações tenham maior veracidade e eficiência.

O orçamento empresarial é um instrumento que indica formas para amparar o atingimento das metas delineadas no planejamento estratégico, através de dados quantitativos. Conforme Frezatti (2009), o orçamento é uma maneira de inserir a estratégia em um período estabelecido, conforme as metas a serem atingidas e as prioridades da empresa, proporcionando formas de avaliação do desempenho ocorrido. A união dessas duas ferramentas do orçamento empresarial e do planejamento estratégico aumenta a capacidade de competição, pois possibilita maior coordenação e controle operacional, auxiliando a entidade para obter um diferencial no mercado em que atua.

Segundo Crepaldi (2002, p.13) a “contabilidade de custos é uma técnica utilizada para identificar, mensurar e informar os custos dos produtos e/ou serviços.

Ela tem a função de gerar informações precisas e rápidas para a administração, para a tomada de decisões.

Este trabalho tem o propósito de relatar os custos do beneficiamento do arroz em uma cooperativa, identificando a contabilidade de custos. Portanto será apresentado setor por setor, desde a matéria-prima até recebimento até o empacotamento como produto acabado.

1.1 SITUAÇÃO PROBLEMA

A cooperativa atualmente não possui uma estruturação da sua área financeira. Portanto, os custos não são apurados sobre o produto vendido, no caso em questão: o arroz.

Os administradores da cooperativa foco do presente estudo, até o presente momento não sabem identificar qual o custo do arroz nas suas diferentes variedades em que a cooperativa oferta ao mercado consumidor ou comprador, ou seja, trocando em miúdos, os atuais gestores da cooperativa desconhecem quanto de lucro ou custo cada produto possui de forma individualizada. Os gestores, conhecem apenas os dados, de forma geral.

A área financeira em muitos casos é o cerce da empresa, pois será ela que contribuirá na manutenção desta no mercado, e o desconhecimento dos produtos produzido por uma empresa, de forma individualizada, impede que a administração da organização possa estar conseguindo detectar quais preços estão dando lucro e quais os custos relativamente próximo, impedindo que ocorra o estabelecimento de preços que venha a acarretar prejuízos a empresa.

Poder conhecer de forma efetiva a margem de contribuição dos produtos de forma individual, dará aos administradores da cooperativa uma visão real do seu empreendimento, assim como de qualquer empresa.

Mediante tal problemática estabelecida, o presente trabalho se propôs a responder o seguinte questionamento que veio a nortear a pesquisa: **Apresentar os**

custos gerais do beneficiamento de arroz de uma cooperativa na cidade de Turvo/SC?

1.2 OBJETIVOS

A seguir são apresentados os objetivos norteadores deste trabalho. Primeiramente o objetivo geral, e a seguir os específicos, utilizado para que o objetivo maior pudesse ser alcançado.

1.2.1 Objetivo geral

Apresentar os rateios do beneficiamento de arroz de uma cooperativa da cidade de Turvo/SC.

1.2.2 Objetivos específicos

- a) Identificar os custos de cada processo de produção do produto descrevendo passo a passo;
- b) Calcular e analisar os gastos e custo do produto verificando todas as variáveis.

1.3 JUSTIFICATIVA

A vida de todo ser humano é composta por escolhas, algumas mais difíceis, outras nem tanto, mas o ser humano possui sempre a possibilidade de escolha, mesmo que opte em não fazer nada, estará a realizar uma escolha.

Nas empresas de modo geral, a área financeira é um setor onde encontram-se alocado os recursos que vão ser decisivos para o andamento da organização como um todo, tendo desta forma, a necessidade dos gestores de

terem algo tangível e que possa ser mensurado, o dinheiro, ou melhor, o capital financeiro.

Todos os indivíduos que compõem uma organização gastam, investem, recebem dinheiro e sem a devida gestão essas transferências ocasionam problemas de curto, médio e/ou longo prazo.

Segundo Gitman (2004) os gestores precisam ter domínio amplo dessa área.

Os Administradores financeiros devem gerir ativamente os assuntos financeiros de qualquer tipo de empresa -- financeiras e não financeiras, privadas e públicas, grandes e pequenas, com ou sem fins lucrativos. Eles desempenham as mais diversas tarefas financeiras, tais como planejamento, concessão de crédito á clientes, avaliação de projetos de investimentos e captação de fundos para financiar as operações da empresa (GITMAN, 2004, p. 04).

Para que ocorra o sucesso organizacional a área de finanças necessita estar em sintonia com os demais departamentos da organização, pois assim poderá estar realizando previsões úteis e vir a tomar decisões eficientes no âmbito econômico, utilizando métodos e diretrizes para o funcionamento eficiente da empresa, como por exemplo, análise da oferta e demanda, estratégias de maximização dos lucros e a teoria da formação de preços, analisando o conhecimento de risco e benefícios que cada decisão afetará, no caso, quando os benefícios forem superiores ao risco que uma decisão proporcionará (GITMAN, 2010).

Segundo Gitman (2004) o objetivo de qualquer empresa, sendo elas firmas individuais, por sociedades de cotas ou por ações, é sempre maximizar o lucro, fazer com que os gestores de qualquer modo buscam alternativas de ações para que apresente maior probabilidade de proporcionar o maior resultado monetário, observando os fluxos de caixas, analisando objetivos de curto e longo prazo, investimentos, custos e despesas para verificar quando e onde investir ou reduzir excessos desnecessários através de dados econômicos no intuito de crescimento organizacional como um todo (GITMAN, 2004).

Desta forma, como não ocorre um controle efetivo nas finanças da cooperativa de beneficiamento de arroz, esta se torna primordial para sua manutenção no mercado. Uma vez que, não ocorre um controle efetivo da gestão financeira.

Por ser uma cooperativa, seu funcionamento e sua manutenção dependem não somente aqueles que trabalham nela de forma direta, mas aqueles que dependem dela indiretamente, como os produtores.

Sem a cooperativa, como elo de entrada no mercado de trabalho, estes poderiam estar à mercê e sem condições de concorrer com as grandes corporações que concorrem no mesmo segmento (MARCHESE, 2006). Segundo a autora citada, é por meio das cooperativas que muitos trabalhadores passam a ter acesso ao mercado e podem escoar sua produção, do contrário, não poderiam estar competindo com os “gigantes” do mercado.

O conhecimento da área financeira e a sua estruturação pode estar auxiliando na manutenção da cooperativa e de todos os benefícios que esta gera diretamente e indiretamente a sociedade, como um todo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O presente capítulo versa sobre os principais tópicos norteadores do presente estudo. Trazendo os autores, conceitos e princípios destacados sobre o tema.

2.1 CADEIA PRODUTIVA DE ARROZ

A agroindústria, segundo os ensinamentos de Ludwig (2014), contém, ou melhor, possui três possíveis elos. Estes elos segundo a autora citada seriam o montante, que vem a ser caracterizados pelos seguintes itens: estoque do governo, estoque do secador, produtor e o estoque do armazenador. Os outros dois elos seriam os jusantes, que vem a ser caracterizados pelos varejistas e os atacadistas.

Refere Ludwig (2014), que enquanto alguns dos elos acima citados são direcionados ao setor produtivo, outros já possuem um direcionamento mais voltados aos setores finais.

Quanto trata-se de cooperativas, estas vem a participar usualmente segundo Ludwig (2014), de todos os segmentos dentro da cadeia produtiva. Por outro lado, ainda existem aquelas empresas que tendem a realizar um direcionamento de seus processos, o que vem a permitir que estas empresas atuem nos vários segmentos dos elos referenciados por Ludwig (2014).

2.1.1 O arroz e sua história

O arroz não somente representa o alimento mais utilizado ao longo dos cinco continentes, segundo Prochnow (2002), mas vem a ser considerado como uma necessidade a compor a maioria das culturas. Mostrando-se presente na mesa de milhares de habitantes ao longo do globo terrestre.

Segundo Prochnow (2002), tal popularidade deste alimento, se deve em parte pelo fato de constituir a fonte de dieta, de uma forma geral, dos povos que habitam o Extremo Oriente. Tal região, segundo o autor, vem a representar em uma escala mundial, o consumo de nove décimos de toda a produção global.

Mas o arroz, não faz somente parte da dieta dos povos que habitam o extremo oriente, ele extrapola as barreiras geográficas, compondo a alimentação dos povos com maior ou menor intensidade, a depender da cultura de cada povo.

Erra variação, vem a depender das possibilidades econômicas de cada povo. Prochnow (2002) destaca que, geralmente o arroz compõem a refeição, principalmente daqueles que possuem um menor poder aquisitivo, como o caso dos países Africanos.

Prochnow (2002) em seu estudo, refere que a cultura do arroz é tão antiga quanto a terra. Pois segundo o autor, a possível existência do arroz é tão antiga, que confundi-se com fábulas. Portanto, mostra-se difícil precisar a origem do alimento com exatidão.

Apesar de sua antiguidade, o presente trabalho não possui o intuito de estar-se aprofundado na origem do arroz, ou buscando algum marco inicial. Até mesmo, porque este não é o objetivo primordial do presente estudo. Sendo assim, o foco se dará na América e no Brasil, quanto à cultura do arroz.

O cultivo do arroz inicia-se em toda extensão da América, no período pós colombiano. Em estudos anteriores, realizados ao longo da região do Rio Mississipi, foram encontrado por arqueólogos recipientes compostos de barro cozidos, que continham em seu interior arroz silvestre (PROCHNOW 2002).

Durante o período de 1.500, o Brasil já cultivava em suas terras o produto, principalmente nas planícies de Iguape, ainda no tempo da Capitania de São Vicente. Apesar de sua existência nesse período, o arroz era considerado pelos nativos como sendo uma planta exótica, e desta forma, seu cultivo era limitado (PROCHNOW 2002).

Segundo os dados dispostos na SINDARROZ (2016), o país teria sido o primeiro dar início a produção do arroz no continente americano, pois teria despontado no país, de forma espontânea em períodos anteriores ao descobrimento do Brasil.

Prochnow (2002) salienta que os integrantes da expedição liderada por Pedro Álvares Cabral, quando retornaram ao país de origem, teriam levado consigo o arroz que colheram nas terras brasileiras.

Ainda segundo o autor acima citado, Américo Vespúcio, teria realizados pesquisas, constatando que o arroz já era produzido nas planícies alagadas do Amazonas.

Para Prochonow (2002), durante o período de 1587 as terras da Bahia já vinham sendo ocupadas pelo cereal, em 1745 o cultivo do arroz teria dado início do estado do Maranhão, no Pará durante o ano de 1772, e chegado a Pernambuco no ano de 1750.

Mas foi somente no decorrer do século XVIII, que segundo Prochonow (2002), teria se, verificado a produção do arroz no Brasil de forma racional. Deste período que se iniciou no século citado, até meados do século XIX, o Brasil teria sido um dos maiores exportadores do mundo.

Pedroso (1989) ressalta que o estado do Rio Grande do Sul, a referência ao cultivo do grão encontra-se datado desde o ano de 1832, na região conhecida como zona alemã. Mas a primeira plantação a possuir um sistema de irrigação, parecido com o modelo atual, ou melhor, que lembra o sistema atualmente utilizado na produção do grão, teria ocorrido na cidade de Pelotas no ano de 1832.

Ainda segundo destaca o autor, a irrigação utilizando meios mecânicos, esta datada de 1905, na cidade de Gravataí, próximo a uma cachoeira que naquele período compunha a geografia do município.

Prochnow (2002) destaca que no estado de Santa Catarina o povo açoriano teria iniciado o cultivo do cereal, sendo aperfeiçoado e impulsionado pelos imigrantes que posteriormente se instalaram no estado, como os italianos e os alemães. No estado de Santa Catarina, o cultivo do cereal ocorre principalmente na extensão de toda a faixa litorânea, tendo maior ênfase no Vale do Rio Itajaí, e no Vale do Rio Araranguá, sendo os principais polos produtores do grão.

2.2 AGRONEGÓCIO

O conceito de agronegócio consagrou-se após a publicação do livro *a concept of agribusiness*, escrito por Davis e Goldberg no ano de 1957. De acordo com Davis e Goldberg (1957) o agronegócio se caracteriza como um conjunto de todas as operações, envolvendo desde a produção até a distribuição de insumos para a

produção rural. Compõem ainda o conceito de agronegócio segundo os autores mencionados, o processamento, o armazenamento e a distribuição dos produtos e os subprodutos agropecuários.

Para Souza, Soares e Mello (2009) ao discorrerem sobre o agronegócio, salientam que este compreende toda uma cadeia comercial e industrial.

Os autores acima citados salientam que o agronegócio pode ser subdividido em três partes ou segmento.

A primeira parte seria aquela, em que os autores chamam de antes da porteira. Nesta fase Souza, Soares e Mello (2009), destacam que ocorre a segmentação condicionada ao produtor rural. Essa segmentação passa a englobar desde o produtor rural de pequeno porte, passando pelo médio produtor, e atingindo inclusive o produtor rural de grande porte.

O grande produtor rural, segundo os autores supracitados, pode ser considerado como uma pessoa jurídica, pois usualmente, estes ocupam tal figura. Porém a constituição da pessoa jurídica não restringe-se apenas ao grande produtor rural, o pequeno e o médio produtor rural, se assim desejarem podem vir a constituir uma pessoa jurídica.

A segunda parte, seria a pré porteira. Para Souza, Soares e Melo (2009), a segunda fase é composta por indústrias de consumo, basicamente, e os maquinários utilizados pelos produtores, fertilizantes, entre outros materiais e insumos que os produtores rurais utilizam em suas lavouras.

A terceira e última fase, é conhecida como por porteira. Souza, Soares e Mello (2009) ressaltam que nesta fase encontra-se condicionado ao consumidor final, compreendendo a logística desde a compra, passando pelo transporte, a venda dos produtos agrícolas e/ou agropecuários, até chegar ao consumidor final. Resumindo, a terceira fase está relacionada aquele que consome os produtos, ou melhor, os possui em sua mesa.

Batalha (2001), por sua vez, ao estar discorrendo sobre o agronegócio, acredita que o agronegócio encontra-se relacionado a uma visão mais econômica.

Molinari (2012) traz um ponto de vista importante, destacando que usualmente se tem a ideia de que o agronegócio estaria relacionado somente a uma produção de modo *in natura*, ou seja, a produção dos grãos, como por exemplo do feijão ou do milho. Mas destaca a autora, que o agronegócio é ainda mais

abrangente que a produção apenas *in natura*, como muitos acreditam, pois existe um número considerado de sujeitos que estão envolvidos diretamente e indiretamente no processo.

O agronegócio não é formado apenas por um único segmento da economia, mas sim por uma multiplicidade de segmentos, como por exemplo os bancos ou cooperativas de créditos ou demais instituições financeiras, que oferecem algum tipo de financiamento para os produtores rurais possam estar adquirindo terras, maquinários, insumos ou mesmo, matéria prima. Englobam ainda veterinários e agrônomos que prestam seus serviços aos produtores rurais, entre outros.

Desta forma, o agronegócio é um ramo que tem movimentado e movimenta diariamente milhões de reais na renda interna brasileira, pela multiplicidade de setores que encontram-se ligados a ele diretamente.

Geram, portanto, renda de forma direta e indireta aos mais variados e diversificados setores da economia, que estão de alguma forma interligada. Segundo informações dispostas na folha de São Paulo (*online*)¹, de Outubro do ano de 2016, as exportações do agronegócio teriam movimentado nos últimos 15 (quinze) anos US\$ 1,03 trilhão. Sendo que segundo a folha, o Brasil é líder na exportação carnes, café, soja, entre outros.

Os dados apontados pela folha de São Paulo, retratam apenas valores referentes à exportação. O que mostra, o quanto contribui o agronegócio para a renda interna do Brasil.

2.3 O COOPERATIVISMO

Em uma entrevista concedida à

Revista Campo Aberto nº 72 da Massey Ferguson (2003 - Cenário), o então presidente no período da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop), Márcio Lopes de Freitas, disse “Uma cooperativa nasce da necessidade de os grupos se organizarem para desenvolver um empreendimento que

¹ Fonte: Folha de São Paulo. <http://m.folha.uol.com.br/mercado/2016/10/1827024-agronegocio-busca-novos-mercados-para-dar-outro-salto.shtml>. acesso em 24 de Novembro de 2016.

individualmente teriam dificuldades de desenvolver. O cooperativismo não se faz, ele nasce” (MARCHESE, 2006, p. 13).

Desde que surgiu na terra o homem vem buscando viver e se organizar em meio aos grupos ou realizar mutirões para vencer obstáculos e assim conseguir atingir os grandes objetivos, tais como a aquisição de produtos que abriram caminhos para a implantação de uma moeda que determinasse valores, fazendo surgir então o interesse pelo lucro (MARCHESE, 2006).

2.3.1 Princípios do Cooperativismo

Segundo destaca Bulgarelli (2000, citado por FRANZ; AZAMBUJA, s.d., p. 03),

“Os princípios do cooperativismo expressam o sentimento social do sistema cooperativo através de uma inspiração democrática, onde os associados são os dirigentes, recebem os excedentes da cooperativa de forma proporcional às suas operações, mantêm a neutralidade político-religiosa, visam o capital como mero instrumento e não como fator determinante, não perseguem lucros e acima de tudo visam o desenvolvimento e aperfeiçoamento do ser humano” (FRANZ e AZAMBUJA, s. d., p. 03).

De acordo com Bulgarelli (2000), os princípios cooperativos, dispostos a seguir, são as linhas orientadora, por meio das quais, as cooperativas buscam levar os seus valores a prática.

1º princípio - adesão voluntária e livre: as cooperativas são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas aptas a utilizar os seus serviços e assumir as responsabilidades como membros, sem discriminação de sexo, idade, raça, preferências políticas e religiosas (BULGARELLI, 2000);

2º princípio - gestão democrática e livre: as cooperativas são organizações democráticas, controladas pelos seus membros, que participam ativamente na formulação das suas políticas e na tomada de decisões. A Diretoria eleita

agirá por delegação e com responsabilidade para com os associados. Os membros têm igual direito de voto (um membro, um voto). Segundo Bulgarelli (2000) “todo associado tem direito a um voto, seja qual for o valor de suas quotas de capital, todo associado pode desta forma votar e ser votado, participando da gestão da sociedade”;

3º princípio - participação econômica dos sócios: os sócios contribuem equitativamente para o capital das suas cooperativas e controlam-no democraticamente. Parte desse capital é, normalmente, propriedade comum da cooperativa. Os sócios recebem, habitualmente, se houver, uma remuneração limitada ao capital integralizado, como condição de sua adesão. O destino dos excedentes visa sempre o desenvolvimento da cooperativa, seja por meio da criação de reservas legais, em benefício dos sócios nas transações com a sociedade ou, através de apoio a outras atividades, sendo imprescindível a aprovação via assembleia (BULGARELLI, 2000);

4º princípio - autonomia e independência - as cooperativas são organizações autônomas, de ajuda mútua, sob controle de seus membros. As relações das cooperativas com outras organizações, sejam públicas ou privadas, devem ser exercidas de modo a preservar seu controle democrático e autônomo (BULGARELLI, 2000);

5º princípio - educação, formação e informação: as cooperativas promovem a educação e a formação dos seus membros, dos representantes eleitos e dos colaboradores, de forma que estes possam contribuir, eficazmente, para o desenvolvimento das suas cooperativas. Informam o público em geral, particularmente os jovens e os líderes de opinião, sobre a natureza e as vantagens da cooperação. É dever das cooperativas prestar assistência técnica, educacional e social para os seus associados, devendo, constituir um fundo, previsto em estatuto, para garantir a realização desse princípio (BULGARELLI, 2000);

6º princípio – intercooperação: além de suas atividades específicas de atendimento aos associados, as cooperativas trabalham juntas, regidas por estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais, que permitam manter o desenvolvimento, o fortalecimento e a sustentação do movimento cooperativo (BULGARELLI, 2000).

7º princípio - interesse pela comunidade – as cooperativas buscam o conhecimento além do mercado onde atuam, conhecendo a comunidade onde se inserem, trabalham para o desenvolvimento sustentado das suas comunidades através de políticas aprovadas pelos membros” (BULGARELLI, 2000, apud FRAZN, AZAMBUJA, s. d., p.03/04).

São estes os principais princípios do cooperativismo, que buscam estabelecer um sentido social e democrático. O cooperativismo, possuem a visão do

capital como sendo um instrumento disponível para a realização de seus objetivos e não elementos determinantes de sua constituição.

Para Kruehl (1999), na tradição dos seus fundadores, os membros das cooperativas acreditam nos valores éticos de honestidade, transparência, responsabilidade social e preocupação com seus semelhantes.

“As Cooperativas, quando nasceram, eram para exercer atividades empresariais e não para desenvolver trabalhos de cunho social. Hoje, além do enfoque empresarial, são responsáveis pelo bem estar social de seus associados, trabalhando pelo bom desempenho do coletivo, inserido num complexo mercado competitivo, que reflete no bem estar do quadro sócia” (MARCHESI, 2006, p. 16).

De acordo com Inácio (2002), é CPOR meio da cooperativa que um número razoável de trabalhadores possuem acesso e maneira de obter renda. Afirma o autor ainda que, é o exercício da participação e convivência dos sujeitos cooperativados, que constrói novas relações entre as pessoas e novas relações no mundo dos negócios.

Já segundo destaca Kruehl (1999, p.08), não somente as cooperativas, possuem um jeito mais ético de agir na sociedade, por utilizar-se de instrumentos democráticos, morais e sociais, que estão condicionados aos princípios do cooperativismo, que as cooperativas, possuem sua maneira diferenciada de ser e se instalar na sociedade.

O trabalhador isoladamente, possui uma série de dificuldades em adquirir os produtos necessários para utilizar em suas plantações. Assim como, para escoar a sua produção, possui dificuldade, em estar ligando com a concorrência dos grandes empresários do ramo.

Segundo Marchese (2006, p. 16), as cooperativas proporcionam uma solução para tal dificuldade, pois estas buscam estar contribuindo na diminuição dos custos de aquisição, quando o produto é adquirido em grande quantidade.

“Para atingir os grandes mercados são necessárias quantidades expressivas e para tal a estratégia básica é a organização em cooperativas que representem o grupo

de produtores e comercialize a produção de forma a atingir margens de lucro significativas, com conhecimento e controle do mercado, permitindo uma rentabilidade na média final dos preços de produtos. No entanto, para apontar a melhor forma de gerenciar as atividades agropecuárias é necessário o uso de técnicas que visam uma produção mais eficaz e que conseqüentemente atendam o mercado de consumo, valorizando a atividade e o papel do agricultor” (MARCHESE, 2006, p. 16).

Conforme, Kruei (1999), destaca, o Cooperativismo tem se expandido rapidamente nos últimos tempos. Passando-se por novos tempos.

2.4 CUSTOS

Os custos possuem a finalidade de estar a promover, de forma adequada as informações que são pertinentes a gestão de custos, sendo que

Oferece as variáveis requisitadas pelo tomador de decisão e análises fundamentadas em aspectos ambientais endógenos e exógenos, são de suma importância para manter e assegurar a manutenção da melhoria de um sistema de gestão em busca de excelência empresarial (MARTINS, 2003, apud MOTTA2016, p. 19).

Os custos possuem suas divisões, e a seguir, afim de estar didaticamente mais fácil a compreensão, está disposto os gastos, sub item dos custos.

2.4.1 Gastos

Os gastos podem ser entendidos como dispêndios financeiros dos quais uma determinada empresa utiliza-se para adquiri-la um bem ou então um serviço, sendo que seu conceito na literatura é bastante amplo. Motta (2016), respaldando-se em Wernek (2003), traz a seguinte definição para gastos.

“O termo *Gasto* é utilizado para descrever as ocorrências nas quais a empresa despende de recursos ou contrai uma obrigação (dívida) perante terceiros (fornecedores, bancos etc.) para obter algum bem ou serviço que necessite para suas operações cotidianas” (MOTTA, 2016, p. 19).

Segundo Motta (2016), somente pode-se considerar como sendo gasto quando existe o reconhecimento contábil de redução ou a aquisição da dívida. Desta forma, seria um termo genérico a fim de estar apresentando os custos de uma despesa.

Martins (1998) refere que gasto seria o sacrifício financeiro que uma organização realiza para obter um produto ou serviço qualquer, este sacrifício pode ser representando pela entrega ou até mesmo pela promessa de ativos, normalmente caracterizado por dinheiro.

Desta forma, segundo o autor supracitado, os salários, a comissão com as vendas, aquisição de novos equipamentos ou máquinas, podem ser considerados como sendo gastos em uma organização.

2.4.2 Despesas

As despesas, por sua vez, seriam tudo que uma determinada organização necessita para manter o produto em circulação. Motta (2016, p. 20) refere “que para ser mais específicos, é valores investidos em marketing, administrativos, comercial, recursos humanos e não tem ligação direta com o produto em si mais é importante no aumento da receita”.

Wernke (2005, apud MOTTA, 2016, p. 20) destaca também outros fatores ligados á esse conceito:

“O conceito de *Despesas* abrange o valor despendido voluntariamente com bem ou serviços utilizados para obter receitas, seja de forma direta ou indireta. Este conceito é empregado para identificar, no caso de uma fábrica, os gastos não relacionados com a produção, mas que são necessários ao funcionamento da organização, ou seja, os gastos ligados as atividades gerenciais da empresa (como despesa de vendas, despesas administrativas e despesas financeiras). Como

exemplos de despesas tem- se: gastos com aluguel, salários e energia elétrica da administração (despesas administrativas), gastos com juros pagos por atraso na quitação de uma duplicata e tarifas de manutenção de conta bancárias (despesas financeiras) e gastos com comissões de vendedores e propaganda (despesa de vendas)", (MOTTA, 2016, p. 20).

Desta forma, as despesas podem ser divididas, ou melhor, classificadas como fixas ou variáveis. A primeira refere-se a variação de acordo com a quantidade vendida, como por exemplo, os materiais utilizados para escritório, já um exemplo de variáveis, seriam as comissões com as vendas, que dependem da quantidade vendida pelo representante.

Motta (2016) entende que os gastos mostram-se necessários para o funcionamento normal da uma determinada empresa e não passam a incluir os gastos com mercadorias á revender, como ocorre no caso do varejo. Motta (2016, p. 20), refere que,

“É gasto que provoca redução do patrimônio constitui a despesa. Bem ou serviço consumidos direta ou indiretamente para obtenção de receitas. O esforço no sentido de obtenção de receitas deve ter como contrapartida a entrega e promessa de entrega de ativos” (MOTTA, 2016, p. 20)

As despesas são possíveis de identificação para a administração e afetam diretamente o resultado do exercício.

2.4.3 Investimentos

Os investimentos são aqueles que podem ser realizado para as mais “diversas finalidades e angariados por recursos próprios ou de terceiros”, (MOTTA, 2016, p. 21).

Wernke (2005) refere que os gastos são efetuados pela organização afim de estar adquirindo ativos, ou seja, os bens que possuem registro no ativo

patrimonial da empresa. a aquisição destes ativos, busca gerar benefícios econômicos para a empresa em tempos futuros.

Sendo assim, se uma empresa adquire uma máquina, o investimento dispensado pela organização para manter a máquina, e o salário, não se enquadram mas como gastos, mas sim, passam a enquadrar os custos.

Os investimentos de uma forma geral, são confundidos com gastos. Berti (2006) acredita que o investimento é um gasto, necessário para a aquisição de um ativo, quem tem a finalidade de estar gerando outro benefício a curto tempo, médio o longo prazo.

Com a obtenção do ativo, sempre existirá o desgaste natural do bem, que passa a gerar um decréscimo no valor do bem, conhecido na contabilidade como depreciação, segundo Wernek (2011), e este valor não deve ser, segundo o autor, subtraído do fluxo de caixa.

2.4.4 Desperdícios

Os desperdícios podem ser considerados

“Variáveis que não controladas podem se tornar volumosas em termos financeiros. Os desperdícios estão relacionados com a ineficiência interna da empresa, pois abrangem ocorrências fortuitas, ocasionais, indesejadas ou involuntárias no ambiente de operações da organização. O perigo não pode ser evitado mais o risco sim. Pode ser evitado com métodos e procedimentos a fim de evitar tais transtornos, são exemplos incêndios, furtos dentre outros” (MOTTA, 2016, p. 21).

Segundo Berti (2006) os desperdício seriam os gastos provenientes de processos produtivos ou por meio da geração de receitas, e que podem estar sendo eliminados, sem que ocorra o prejuízo dos bens.

Os desperdícios “são atividades que não agregam valor do ponto de vista do cliente que implicam dispêndio de tempo e dinheiro desnecessário aos produtos ou serviços” (MOTTA, 2016, p. 21).

Sendo assim pode-se classificar na categoria dos desperdícios, os seguintes itens:

A produção de itens defeituosos, pois o retrabalho das unidades mal fabricadas ocasiona um tempo desnecessário (BERTI, 2006, apud MOTTA, 2016);

A movimentação dispensável de pessoas, equipamentos, matérias-primas ou produtos (BERTI, 2006, apud MOTTA, 2016);

A capacidade instalada ociosa (implicando, por exemplo, imobilização desnecessária de recursos em estoques altos e áreas físicas desocupadas), (BERTI, 2006, apud MOTTA, 2016);

A inserção de detalhes no produto que o comprador não valoriza ao adquiri-lo, como um remate de vinil nas portas dos veículos, que não aparece depois que estiverem instalados (BERTI, 2006, apud MOTTA, 2016).

Todas as propostas colocadas no produto final que não implicam na valorização por parte dos clientes e até retrabalhos são considerados desperdícios (WERNKE, 2005, apud MOTTA, 2016).

2.4.5 Custos Diretos

Os custos são tudo aquilo que influencia na

“Elaboração de preços, podem ser classificados como diretos e indiretos quando estes se identificam no produto, sendo que os custos diretos são diretamente atribuíveis a cada produto fabricado no período. Não necessitam de rateio, pois estão atrelados aos artigos produzidos por medições ou por controles individuais (como fichas técnicas)”, (MOTTA, 2016, p. 22).

Já Martins (2003) destaca que os custos considerados diretos, podem ser classificados como sendo primários.

Desta forma, Martins (2003), refere que os custos diretos são todos aqueles que se encontram diretamente ligados vinculados ao produto. Ou seja, os custos surgem com o produto e não existem sem este. Podendo ser localizados na área de produção sob a forma de matérias-primas, componentes diretos e mão-de-obra necessária para fabricar o produto.

O método de custeio direto (ou específico) é um método intermediário ou híbrido, na medida em que incorpora conceitos do custeio por absorção e do custeio variável (CARVALHO, 2002).

Segundo Padoveze (1997, apud CARVALHO, 2002), o método de custeio direto apresenta as seguintes vantagens:

- Os custos dos produtos são mensuráveis objetivamente, pois não sofrerão processos arbitrários ou subjetivos de distribuição dos custos comuns (PADOVEZE, 1997; CARVALHO, 2002, MOTTA, 2016):
- O lucro líquido não é afetado por mudanças de incremento ou diminuição de inventários (PADOVEZE, 1997; CARVALHO, 2002, MOTTA, 2016):
- Os dados necessários para a análise das relações custo-volume-lucro são rapidamente obtidos do sistema de informação contábil (PADOVEZE, 1997; CARVALHO, 2002, MOTTA, 2016):
- É mais fácil para os gerentes industriais entenderem o custeamento dos produtos sob o custeio direto/variável, pois os dados são próximos da fábrica e de sua responsabilidade, possibilitando a correta avaliação de desempenho setorial (PADOVEZE, 1997; CARVALHO, 2002, MOTTA, 2016):
- O método de custeio direto e o método de custeio variável são totalmente integrados com o custo-padrão e orçamento flexível, possibilitando o correto controle de custos (PADOVEZE, 1997; CARVALHO, 2002, MOTTA, 2016):
- O método de custeio direto e o método de custeio variável constituem um conceito de custeamento de inventário que corresponde diretamente aos dispêndios necessários para manufaturar os produtos (PADOVEZE, 1997; CARVALHO, 2002, MOTTA, 2016):
- O método de custeio direto e o método de custeio variável possibilitam mais clareza no planejamento do lucro e na tomada de decisões (PADOVEZE, 1997; CARVALHO, 2002, MOTTA, 2016):

Como desvantagem do método de custeio direto, Padaveze (PADOVEZE, 1997; CARVALHO, 2002, MOTTA, 2016), traz os seguintes:

- A exclusão dos custos fixos indiretos para valoração dos estoques causa sua subavaliação, fere os princípios contábeis e altera o resultado do período (PADOVEZE, 1997; CARVALHO, 2002, MOTTA, 2016):
- Na prática, a separação de custos fixos e variáveis não é tão clara como parece, pois existem custos semivariáveis e semifixos, podendo o custeamento direto/variável incorrer em problemas semelhantes de identificação dos elementos de custeio (PADOVEZE, 1997; CARVALHO, 2002, MOTTA, 2016):
- Baseia-se no conceito de custeamento e análise de custos para decisão de curto prazo, mas subestima os custos fixos, que são ligados à capacidade de produção e de planejamento de longo prazo, podendo trazer problemas de continuidade para a empresa (PADOVEZE, 1997; CARVALHO, 2002, MOTTA, 2016):

Devido à exclusão do custo indireto de fabricação fixo dos estoques, os dados no método de custeio direto e no método de custeio variável não são considerados aceitáveis para fins de elaboração das demonstrações financeiras (CARVALHO, 2002).

2.4.5 Custos Indiretos

Os custos indiretos não possuem uma fácil identificação nas unidades de produtos fabricados, em tais casos pode-se utilizar os rateios, que visam a divisão do montante gerado afim de determinado o custo por qualquer critério, como o volume fabricado por produto ou o tempo de fabricação consumido (WERNKE 2005).

Os custos indiretos

“São todos os custos que não estão vinculados diretamente ao produto, mas ao seu conjunto e/ou da empresa. Os custos indiretos podem ser igualmente localizados tanto na área de produção, sob a forma de materiais indiretos, depreciação, salários de supervisores, etc., como na área de comercialização sob a forma de despesas de viagens, brindes a clientes, etc”, (MOTTA, 2016, p 23).

Os custos podem ainda ser classificados como fixos e variáveis.

2.4.6 Custos Fixos

Os custos podem ter a sua classificação em custos variáveis e fixos. Os nomes já são auto explicativos, pois enquanto um varia, o outro mostra-se invariável.

Custos fixos,

“São aqueles custos que existem independentemente do volume de produção ou de comercialização. São custos mais ou menos permanentes, isto é, não variam em razão da maior ou menor quantidade produzida ou comercializada. São representados principalmente pelas despesas Administrativas” (MOTTA, 2016, p. 23)

Os custos fixos podem permanecer constantes e não dependem do volume produzido.

“*Custos Fixos* são aqueles cujos valores totais tendem a permanecer constantes (“fixos”) mesmo havendo alterações no nível de atividades operacionais do período. São os custos que têm seu montante fixado independentemente de oscilações na atividade fabril, não possuindo qualquer vinculação com o aumento ou redução do número de unidades produzidas no mês” (MOTTA, 2016, p. 23)

Para Martins (2003), os custos fixos seriam todos aqueles que encontram-se dentro de certos limites de produção e vendas, e tendem a manter-se inalterados.

Mas segundo o autor citado, podem estar sofrendo alterações nos resultados finais, em casos como, em situações na qual a administração vem a fornecer um acréscimo de remuneração aos supervisores, que CPOR sua vez ultrapassa a quantidade de produtos vendidos.

Mowen e Hansen (2001, apud MOTTA, 2016, p. 23) cita o seguinte exemplo,

“uma fábrica que é chamada Computadores Dias Ltda., que produz computadores pessoais, e num departamento que insere um disk drive possui apenas um supervisor que recebe salário de R\$24.000 para sua equipe produzir até 10.000 computadores, mais se a produção ultrapassar a marca de 12.000 computadores será necessário contratar outro supervisor com o mesmo salário. Neste caso, o que é um fator direcionador do custo é o número de computadores fabricados, pode-se observar que o salário total permanece inalterado não importando a quantidade produzida, se é 4.000, 8.000 ou 10.000, o mesmo ocorre se ultrapassar a produção até o limite estabelecido, não importa se são 12.000, 16.000 ou 20.000 o número de supervisores aumentou mais continua sendo um custo fixo e se dividir os valores totais da supervisão pela quantidade produzida temos o custo unitário que unitariamente varia”. (MOTTA, 2016, p. 23/24)

Segundo Mowen e Hansen (2001 p.88) conclui que “Muitas vezes custos fixos unitários podem ser enganosos e podem afetar algumas decisões de forma adversas. Frequentemente, é mais seguro trabalhar com custos fixos totais”. Neste caso os custos fixos podem mudar mais não os tornam variáveis, são fixos a uma nova taxa de mercadorias fabricadas (MOWEN E HANSEN 2001).

2.4.7 Custos Variáveis

Os custos variáveis são aqueles que variam de acordo com a quantidade produzida pela organização, alguns exemplos que se pode identificar é a matéria-prima, embalagens, comissões de vendas.

Sendo assim, os custos variáveis,

“São aqueles custos que variam em função das quantidades produzidas. Cada unidade produzida cria um acréscimo de custos, sendo este acréscimo o custo variável desta unidade. Entenda-se, portanto, como acréscimo de custo de um produto o custo total da unidade produzida ou vendida, menos o custo fixo proporcional daquela unidade” (MOTTA, 2016, p. 24).

Existe ainda uma forma mais atual de estar conceituando custos variáveis, que seria,

“Os *custos variáveis* são os gastos cujo total do período está proporcionalmente relacionado com o volume da produção: quanto maior for o volume de produção, maiores serão os custos variáveis totais do período, isto é, o valor total dos valores consumidos ou aplicados na produção tem seu crescimento vinculado á quantidade produzida pela empresa. Um exemplo de custo variável é a matéria-prima, pois, se para fabricar uma unidade de produto gasta-se \$20, ao produzir dez unidades serão gastos \$200 e assim sucessivamente” (MOTTA, 2016, p. 25).

Dubois, Kulpa e Souza (2006), destacam que os custos variáveis servem de instrumento no auxílio da gerencia, uma vez que estão afrontando os princípios contábeis da realização, confrontação e competência. Sendo assim, para os autores citados, os custos fixos passam a ser reconhecidos como sendo despesas, mesmo que nem todos os produtos fabricados tenham sido vendidos.

Estar identificando e distinguindo todos os conceitos teóricos acima elucidados, segundo Motta (2016) mostra-se necessário em função da alta competitividade no mercado quanto os preços são aplicados.

“Antigamente todos os gastos que ocorriam racionalmente ou não, deveriam ser pagos por alguém, ou seja, pelos clientes, nesse sentido, repassavam para o preço de venda todos os gastos que a organização se sujeitava. Atualmente se isso ocorrer inevitavelmente a empresa perderá clientes e competitividade de mercado. Alguns comerciantes embutem no preço de venda além dos impostos, um percentual de “provisão para devedores duvidosos”, ocasionado pela inadimplência por parte de uma clientela, transferindo um ônus aos clientes que cumprem suas obrigações, penalizando-os pela ineficiência da empresa em conceder crédito apenas a bons pagadores” (MOTTA, 2016, p. 25/26).

Passa-se a seguir, tendo finalizado o referencial teórico que servirá de aporte para a análise de dados, a discorrer sobre os procedimentos metodológicos.

3 METODOLOGIA

O capítulo que se apresenta, possui o intuito de discorrer acerca dos procedimentos metodológicos adotados pelo pesquisador, no processo de execução. Afim de que, o objetivo traçado pudesse ser comprovado ou refutado na análise de dados que se apresenta no capítulo seguinte.

Sendo assim, o delineamento da pesquisa, se apresenta de acordo com os ensinamentos de Gil (2002, p. 70), como sendo o planejamento em sentido amplo. Extrai-se deste pensamento a ideia e que, é nos procedimentos metodológicos que o pesquisador passa a estabelecer os meios de investigação a serem adotados, buscando prever os possíveis instrumentos e procedimentos que se mostram necessários a coleta de dados.

No que tange o método utilizado no estudo que aqui se mostra, este é um plano que tende a empregar o envolvimento do manuseio de recursos, assim como das técnicas e os meios utilizados, para que ao término do estudo, possa estar se chegando à verdade do objeto estudado (BITTAR, 2012).

3.1 DELINIAMENTO DA PESQUISA

Segundo os objetivos específicos proposto neste estudo pode-se considerar a pesquisa como sendo descritiva, já no que tange ao método de investigação, prevalece à pesquisa bibliográfica e o estudo de campo.

Neste sentido, Andrade (2007), salienta que a pesquisa descritiva possui a não interferência do pesquisador, como sendo um de seus principais fatores. É por meio da pesquisa descritiva, que segundo o autor mencionado, os dados observados, registrados, classificados, analisados e posteriormente interpretados, sem que ocorra uma intervenção daquele que está a manusear os dados.

Desta forma, o pesquisador na pesquisa descritiva tem a figura de mediador entre a técnica empresa e a maneira como se procede com a análise das informações em um contexto geral.

Andrade (2007), desta ainda que esse tipo de pesquisa, geralmente são solicitadas por organizações que buscam estar inserindo um novo produto no mercado, ou em pesquisas de políticas realizadas no período eleitoral, por exemplo, entre outros.

Quanto aos meios utilizados no estudo, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, que ocorreu com base nos estudos já publicados sobre a mesma matéria que discorre o presente estudo, e nos mais diversos meios de consulta científica, como livros, periódicos e afins.

Barros e Lehfeld (200) ressaltam que para um bom venha a ser realizado, é necessário que a pesquisa busque se basear nas abordagens de autores que publicaram seus estudos e explorando ao máximo o conceito aplicado, visando a revisão, reanálise, atualização e a criação de novas proposições para a área de conhecimento.

As pesquisas bibliográficas, ainda possuem significativa importância na construção da formação acadêmica, no que tange a elaboração de informações científicas previamente existentes, assim como, a sistematização do conhecimento que é transmitido diariamente.

O estudo de caso, segundo o estudioso Fachin (2010), possui o intuito de estar descrevendo uma análise profunda, levando-se para tanto, a compreensão global e não restrita. Ainda segundo o mestre citado, é por meio do estudo de caso, que o pesquisador busca explicar os fatos de ocorrência dentro do âmbito social, expondo tais ocorrências por meio de quadros, estatísticas, gráficos, tabelas, e descrevendo estes elementos posteriormente.

Minayo (2008) refere que os estudos de casos utilizam-se de estratégias de investigação qualitativa para que seja mapeado, descrito e analisado o contexto geral, assim como as percepções sobre a situação estudada e as relações deste, ou ainda, a ocorrência dos fenômenos.

Goldenberg (2009, p. 33) destaca que o estudo de caso busca reunir o maior número possível de informações de forma detalhada, empregando para tal, os mais variados meios de pesquisa e técnicas, objetivando apreender a totalidade de uma situação, além de estar descrevendo a complexidade de um estudo concreto.

Isso somente ocorre, segundo o autor citado, porque o pesquisador realiza um mergulho profundo e exaustivo no objeto de estudo previamente

delimitado. Sendo assim, por meio da análise estatística, é possível a penetração dentro de uma realidade social.

Stake (2000, apud ALVES-MAZZOTTI, 2006), salienta ainda que o estudo de caso, por prevalecer o interesse em casos individualizados e não pelos métodos de investigação empregados.

3.2 DEFINIÇÕES DA ÁREA E DO PÚBLICO ALVO

A pesquisa realizou-se na cidade de Turvo/SC, junto a uma cooperativa de beneficiamento de arroz.

A indústria beneficiadora de arroz, possui um parque industrial que não está centrado unicamente na cidade de Turvo/SC. Apesar da descentralização da cooperativa, a administração dela restringe-se a cidade mencionada. A empresa alvo do estudo estende-se a cinco centros que realizam o processamento do arroz.

Quanto aos itens processados pela cooperativa atualmente, ocorrem os seguintes: arroz parboilizado em pacotes de 1 kg e 5 kg; arroz branco polido em pacotes de 1 kg e 5 kg; farinha de arroz, vendidas em pacotes de 1 kg e 30 kg.

Os consumidores da cooperativa, são principalmente os supermercados e as centrais de distribuição da grande maioria dos estados brasileiros.

A indústria beneficiadora do arroz localizada na cidade de Turvo/SC, possui atualmente em seu quadro de colaboradores o total de 92 (noventa e dois) no quadro efetivo.

3.3 PLANO DE COLETA DE DADOS

Para que a coleta de dados pudesse estar sendo realizada, utilizou-se um método que viesse a ser confiável e tivesse validade para basear as observações, acontecimentos e os registros, que segundo Sampieri, Collado e Lucio (2006), são necessários para um bom estudo.

Segundo os autores acima citado, para que ocorra a coleta de dados, é necessário que o pesquisador disponha de uma variedade de técnicas ou instrumentos, tanto de abordagem qualitativos quanto quantitativos. Sendo ainda,

que os autores afirmam que em um mesmo estudo, é possível o emprego de ambas as abordagens citadas.

Para que a coleta de dados ocorresse a pesquisa utilizou-se de dados primários que o pesquisador teve acesso nas mais variadas fontes de pesquisa, e posteriormente aplicou estas no local ou melhor, no objeto de estudo proposto.

Os dados foram obtidos por meio de observações, e um roteiro previamente estruturado que possibilitou a verificação e contribuiu no direcionamento das observações.

3.4 PLANO DE ANÁLISE DE DADOS

Entende-se que, a análise de dados, ou seja, o plano, busca compreender o modelo misto, que é citado por alguns autores, destacando principalmente a abordagem quali e quantitativo.

Minayo (2008) refere que a abordagem qualitativa busca a compreensão lógica interna inerente a determinadas instituições, grupos e autores.

Dyniewicz (2007) por sua vez, destaca que as pesquisas que utilizam-se de uma abordagem qualitativas estão a basear-se, na premissa de que o conhecimento, acerca de determinados indivíduos, somente seria possível com o emprego da descrição das experiências humanas, como é vivida pelos autores.

Terence e Filho (2006 apud BERTUNEK E SEO) acreditam que o método qualitativo seja necessário na exploração dos significados dos fenômenos a serem estudados. Sendo assim, é possível que ocorra a interação afim de possibilitar o estímulo do desenvolvimento da compreensão que atinja os fenômenos em termos de profundidade e variedade.

Dalfovo e outros (2008) por sua vez, referem que a abordagem qualitativa busca desenvolver-se com dados qualitativos, ou seja, os dados não se expressam mediante redação numérica, e quando estes se mostram necessário, sua prevalência ocorre minimamente.

Sampieri, Collado e Lucio (2006) ao se referirem ao modelo misto, destacam que este se constitui com o maior nível que visa a integração entre os

enfoques de abordagem qualitativa e quantitativa, no qual, ambas as abordagens trabalham de forma conjunta no processo de desenvolvimento da pesquisa.

No ramo da administração o método misto vem a ser empregado a cada dia com mais frequência, uma vez a administração não possui um método de pesquisa próprio, mas sim, utiliza-se do conhecimento das demais áreas da ciência. Como a administração é ampla empregando o método quantitativo mais voltado a áreas financeiras e contábeis, o método qualitativo encontra-se voltado a questões do marketing, por exemplo, (GOMES; DE ARAUJO, 2016).

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O presente capítulo traz os dados observados na pesquisa realizada na indústria beneficiadora de arroz. Após a coleta de dados que ocorreu no mês de fevereiro do ano em curso, estes dados foram tabulados de maneira a compor um relatório final.

Tais dados encontram-se abaixo distribuídos por itens para uma melhor compreensão, e ser didaticamente mais fácil a compreensão do leitor.

4.1 HISTÓRICO E ORGANOGRAMA

A indústria beneficiadora de arroz, atualmente possui em seu quadro de funcionários 92 colaboradores, distribuídos nos mais variados departamentos da indústria.

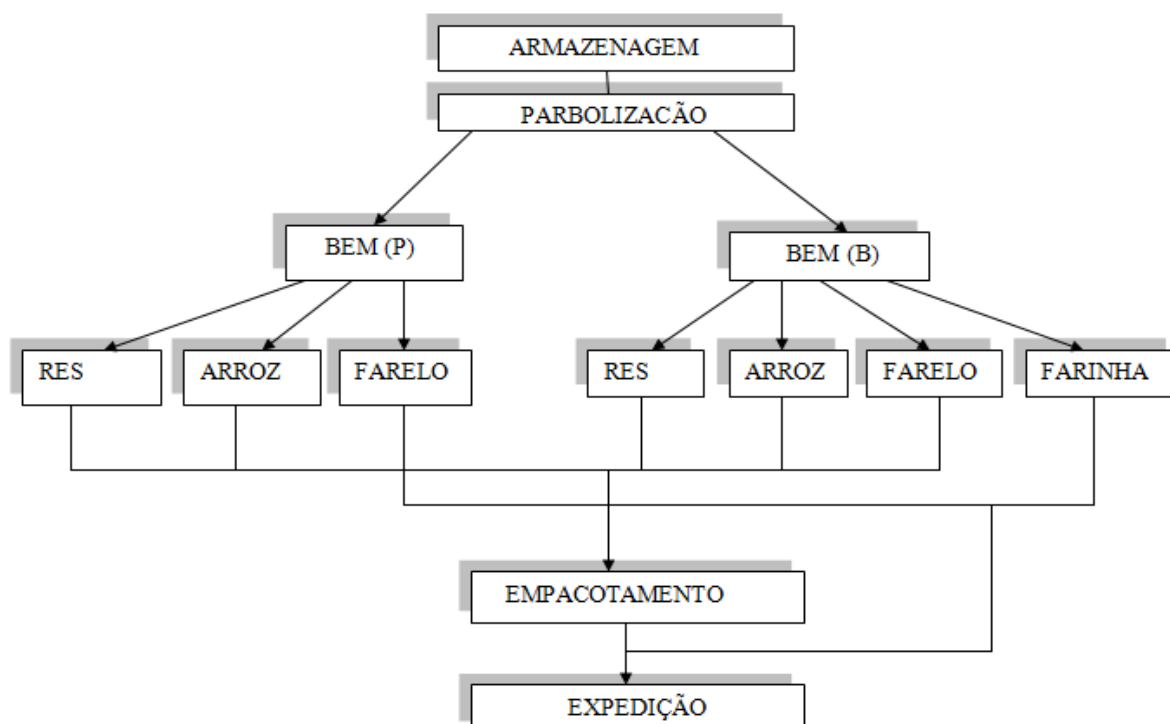
A logística é realizada pela própria empresa. Esta, possui a sua própria frota de caminhões para realizar o transporte do produto até seus clientes, abrangendo todo o território nacional.

O setor de indústria, possui 6.886 m² de área construída para abrigar o escritório, refeitório, sanitários, a caixa d'água, os tanques para encharcamento de arroz, fornos para parboilização, secadores, silos armazenadores, galeria para captação de efluentes, caixa para captação de cinza, lagoas para tratamento de efluentes líquidos, máquinas para descascar, polir, selecionar e empacotar arroz polido e parboilizado.

O Setor de armazenagem possui 534 m² de área construída para abrigar uma guarita, sanitários, subestação de energia, balança rodoviária, moega, tombador, laboratório, máquinas de pré-limpeza, secadores, galeria para captação de efluentes e dose silos armazenadores para 1.000.000 sacos de arroz em casca. Este setor tem capacidade para receber e secar mais de 40.000 sacos de arroz em casca por dia.

O processo de beneficiamento de arroz, na indústria pode ser resumido de acordo com o organograma a seguir.

FIGURA 1 – FLUXOGRAMA DA EMPRESA.



Fonte: Elaborado pelo autor (2017).

O produto quando chega a empresa da sua entrada ainda in natura no setor de armazenagem, de onde parte para o processo de parboilização.

Da parboilização, o produto pode ter dois destinos, como observado no organograma: BEM (P) e BEM(B).

Da primeira opção, ou seja, do BEM (P), sai o arroz parboilizado. Onde além do arroz mesmo como produto, ainda geram dois outros itens, o resíduo e o farelo.

Já do BEM(B), que é o arroz branco, além do arroz propriamente dito, gera ainda o resíduo, o farelo e a farinha de arroz branco.

Após este processo, ambos vão para o empacotamento. Onde são devidamente empacotados em unidades fracionadas para serem encaminhadas aos clientes. Após o empacotamento, o produto já devidamente embalado é destinado para os clientes, por meio da frota de caminhões da empresa.

4.2 CUSTOS DE INDUSTRIALIZAÇÃO DA EMPRESA

Os dados a seguir, retratam a situação dos custos da empresa, objeto de estudo, na qual se realizou a coleta dos dados no período compreendido Fevereiro do ano em curso, que estão a seguir dispostos.

4.2.1 Custos indiretos

Os custos indiretos, como já destacado são aqueles que apropriados aos portadores finais mediante o emprego de critérios pré determinados.

Os dados a seguir, correspondem à amortização/depreciação geral dos bens tangíveis da indústria de beneficiamento de arroz do mês de Fevereiro.

O arroz ao chegar na unidade beneficiadora, vai para a armazenagem ainda verde. Após passa pela peneira, saindo posteriormente para a secagem do arroz, seguindo para o silo.

Quando o silo estiver cheio, ocorre o congelamento do grão, para que desta forma, ele possa durar o ano inteiro, sem que ocorra o processo de amarelar do grão e fica imunizado.

Tabela 1– Depreciação/Amortização geral dos bens tangíveis da empresa.

Armazéns de cereais	Valor	
Depreciação/amortização	R\$	1.499,28
Total	R\$	1.499,28

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados obtidos na pesquisa.

A tabela 1, destaca os valores de depreciação referentes ao período em que ocorreu a coleta de dados, ou seja, mensal.

Quanto a depreciação de forma fragmentada, os dados não conseguiram ser obtidos durante o período de pesquisa, a fim de estar-se detalhando a origem do valor individual da depreciação, e não apenas o montante, como acima listado.

Os dados a seguir, correspondem aos custos fixos estabelecidos para o mês de Fevereiro na empresa de beneficiamento de arroz.

Tabela 2 – Custo fixo mensal.

Serviços gerais	Valor
Custo mat. Uso e consumo.	R\$ 440,06
EPI	R\$ 1.919,50
Higiene e limpeza	R\$ 1.288,00
Maquinas e equipamento*	R\$ 8.100,50
Prédio e construção	R\$ 98,35
Produtos auxiliares	R\$ 9,00
Total	R\$ 1.855,41

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados obtidos na pesquisa.

Os itens (*), que compreendem o prédio e a construção e máquinas e equipamentos, com os seus respectivos valores são referentes a depreciação destes bens.

Pois a empresa possui prédio próprio onde ocorre o beneficiamento do arroz. Ao mesmo tempo em que as máquinas utilizadas no processo, foram adquiridas, e seus valores são diluídos ao longo tempo, a fim de que, o valor investido, possa ser retornado.

Os demais itens listados na tabela correspondem aos custos fixos mensais de Fevereiro. O preço dos produtos de higiene dos locais, se deve ao fato de que, a limpeza do estabelecimento ocorre periodicamente, tanto de forma interna, quanto na externa da empresa. Afim de que, desta forma, possa estar sendo cumpridas as exigências sanitárias para o funcionamento da beneficiadora de arroz.

Os custos fixos da empresa são somente os listado na tabela 2. Custo com água, por exemplo, não ocorre, uma vez que, a empresa possui poço artesiano, que abastece as necessidades da empresa.

A contabilidade, não possui um custo à parte, pois é realizada internamente. Desta forma, o valor está sendo destinado juntamente nas despesas com os salários dos colaboradores. Os dados referente aos encargos sociais e trabalhistas, estão elencados na tabela 3.

A empresa possui um gasto com combustível médio mensal de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais). Esse valor elevado se deve em função da empresa, ter um gerador próprio. Vale destacar que, no valor citado referente aos combustíveis, não se encontra incluso o valor dos custos de combustíveis em função da logística.

Tabela 3 – Custos da armazenagem do arroz na empresa

Armazenagem de arroz em casa	Valor
13* salários e encargos	R\$ 3.683,24
Custo mat. Uso e consumo	R\$ 288,20
Depreciação/amortização	R\$ 38.703,35
Férias e encargos	R\$ 5.315,47
FGTS	R\$ 2.657,46
INSS	R\$ 9.439,50
Manut máquinas e equipamentos	R\$ 9.861,08
Salários e encargos	R\$ 33.557,51
Tratamentos e conservação cereais	R\$ 2.650,00
Total	R\$ 106.155,81

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados obtidos na pesquisa

Percebe-se um valor elevado dos itens que correspondem aos salários e afins. Férias, salários e encargos trabalhistas de uma forma geral, são responsáveis pelo custo de quase 50% (cinquenta) do total. Representam o montante de R\$ 54.653,18.

A elevação dos itens que se referem a salários, férias e encargos trabalhistas, se deve em função das despesas elevadas para a manutenção de um colaborador. Buscando a empresa, atender aos requisitos legais estabelecidos na legislação, torna-se oneroso a manutenção de um colaborador, principalmente em função dos elevados encargos sociais que o país possui atualmente.

A manutenção do maquinário e demais equipamentos corresponde a praticamente 10% (dez), do total de custos mensais. Porém, a maior porcentagem está relacionada a depreciação do arroz na armazenagem, enquanto que este produto encontra-se “parado” na empresa. E não em circulação no mercado.

4.3 CUSTOS RELACIONADOS AO ARROZ PARBOILIZADO

O quadro a seguir, corresponde a parboilização e os custos que esse processo representa no mês de Fevereiro.

Por método de parboilização, entende-se a submersão do grão de arroz em água aquecida, afim de que, desta forma, o produto possa estar absorvendo as vitaminas e os sais minerais presentes na casca e do germe do arroz.

Tabela 4 – Custo da parboilização do arroz.

Parboilização	Valor
13*salários e encargos	R\$ 1.944,47
Custo de materiais de uso e consumo	R\$ 287,01
Depreciação/amortização	R\$ 18.832,18
Férias e encargos de outra natureza	R\$ 2.594,61
FGTS	R\$ 1.488,57
INSS	R\$ 5.145,43
Manutenção de maquinas equipamentos	R\$ 38.128,79
Salários e encargos	R\$ 18.293,44
Total	R\$ 86.714,50

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados obtidos na pesquisa.

No processo de parboilização, os encargos trabalhistas e a manutenção com os colaboradores correspondem a uma parcela significativa do processo.

Porém o que eleva o valor do processo, e a manutenção das máquinas e os equipamentos, correspondendo a praticamente 50% (cinquenta) do valor total.

Tabela 5 – Gastos de expedição do arroz.

Expedição	Valor
13*salários e encargos	R\$ 3.600,60
Depreciação/amortização	R\$ 882,21
Férias e encargos	R\$ 4.950,69
FGTS	R\$ 2.660,52
INSS	R\$ 9.450,40
Salários e encargos	R\$ 33.597,54
Total	R\$ 55.141,96

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados obtidos na pesquisa.

A expedição do arroz possui um valor elevado, em função dos encargos trabalhistas e a manutenção com os colaboradores que a empresa possui, fazendo com que o preço médio se eleve.

A depreciação é correspondente aos veículos utilizados pelo transporte.

Tabela 6– Custos com os serviços gerais.

Serviços gerais	Valor
13*salários e encargos	R\$ 498,00
Depreciação/amortização	R\$ 21.342,56
Férias e encargos	R\$ 283,66
FGTS	R\$ 375,94
INSS	R\$ 1.335,38
Salários e encargos	R\$ 4.748,33
Embalagem	R\$ 20.259,84
Total	R\$ 48.843,71

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados obtidos na pesquisa.

Os maiores gastos com os serviços gerais, correspondem a depreciação de uma forma geral e as embalagens dos produtos. A soma destes dois itens corresponde ao montante de R\$ 41.602,04 do total apresentando no mês de Fevereiro.

Enquanto que a tabela 2 busca discorrer sobre os serviços gerais, em termos de materiais, a tabela 6 possui um foco maior voltado à questão da manutenção dos colaboradores que realizam os serviços gerais na empresa. Apesar de estar destacando itens, como embalagem e depreciação.

Tabela 7– Custos com os serviços de apoio.

Serviços de apoio	Valor
13*salários e encargos	R\$ 5.799,06
Custo mat uso e consumo	R\$ 2.269,20
Depreciação/amortização	R\$ 2.788,21
Férias e encargos	R\$ 7.619,37
FGTS	R\$ 4.180,24
Indenizações trabalhistas	R\$ 69,73
INSS	R\$ 15.202,26

Manutenção de máquinas e equipamentos	R\$ 5.110,04
Salários e encargos	R\$ 53.973,35
Total	R\$ 97.011,46

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados obtidos na pesquisa.

Existe o item de indenização trabalhista, que corresponde a questões pelas quais, ex colaboradores pleiteiam junto a justiça competente, questões que acreditam não terem sido atendidas pela empresa. Desta forma, o valor total pago pela indenização, passa a ser diluído ao longo do ano.

O total geral do rateio produzido pelo montante, que compreende a soma de todos os itens elencados, é de R\$ 407.481,29, do arroz parboilizado.

4.4 CUSTOS RELACIONADOS AO ARROZ BRANCO

A seguir encontra-se listado, a divisão do rateio por tipo de arroz, entre os quais a indústria beneficiadora de arroz trabalha.

Tabela 8 – total do custo do arroz branco

Matéria prima	R\$ 2.550.239,33
Salários e encargos	R\$ 6.400,95
Total	R\$ 2.666.260,93

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados obtidos na pesquisa.

Os dados elencados representam os custos de matéria prima, assim como, os encargos e os salários específicos do arroz branco, que a empresa trabalha.

Tabela 9 – Demonstração do rateio do arroz branco

Produto	Quantidade/ / kg	Custo matéria prima	Custo embalagem	Rateio kg	Total kg	Rateio R\$	Total R\$
Arroz branco	2.056.890,00	R\$ 3.033.549,57	R\$ 106.714,97	\$ 0,05	\$ 1,58	\$ 0,06	\$ 1,59

Farinha	32.790,00	R\$ 50.483,58	R\$ 1.046,54				
				\$ 0,05	\$ 1,62	\$ 0,04	\$ 1,61
Resido branco	287.460,00	R\$ 41.043,03		\$ 0,05	\$ 0,20	\$ 0,01	\$ 0,16
Farinha	7.060,00	R\$ 11.018,38	R\$ 722,70	\$ 0,05	\$ 1,72	\$ 0,04	\$ 1,70
Total	2.384.200,00	R\$ 3.136.094,56	R\$ 108.484,21	\$ -			

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados obtidos na pesquisa.

Dentro os produtos produzidos, o arroz branco propriamente dito, é aquele que possui em termos de kg, a maior produção neste item, na indústria beneficiadora de arroz. É ainda o produto que possui dentro todos, o segundo menor preço, tanto após o rateio por kg quanto o rateio por reais.

Vale destacar, que o rateio por reais é mais preciso, porém buscou-se demonstrar ambos, o rateio por kg e por reais do produto.

Ainda, a produção do resido branco, possui o menor preço, dentro do item, tanto após a realização do rateio por reais quanto por kg.

O total do rateio por reais, resultou da seguinte equação:

$$\frac{\text{Custo da matéria prima} + \text{custo da embalagem}}{\text{por kg}} + \text{rateio por kg} = \text{total}$$

Quantidade kg

Fonte: Elaborado pelo autor, (2017).

Com a equação acima, obteve-se o total de rateio em kg.

O rateio total do arroz branco, corresponde á 4.074.81,29.

4.5 ARROZ PARBOILIZADO

A tabela n. 10 a seguir, corresponde aos itens utilizados no arroz parboilizado.

Tabela 10 – Despesas do arroz parboilizado.

Matéria prima	R\$ 6.491.621,19
Salários e encargos	R\$ 4.108,11
Total	R\$ 6.871.276,47

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados obtidos na pesquisa.

Tabela 11 – Custos utilizados no arroz parboilizado.

Produto /kg	Quantidade/kg	custo matéria prima	custo embalagem
Resido parbo	285.960	R\$ 120.323,84	R\$ -
Falha seca kg	10.480	R\$ 52,40	R\$ -
Arroz parboilizado / por fardo de 30 kg	4.559.850	R\$ 6.657.056,67	R\$ 245.584,31
Total	4.856.290,00	R\$ 6.777.432,91	R\$ 245.584,31

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados obtidos na pesquisa.

O arroz parboilizado não possui custo com a embalagem para o resíduo e a folha seca, uma vez que estes itens não são comercializados.

4.6 FARELO

Tabela 12 – Custos utilizados no farelo.

Farelo	Valor
Custo mat. uso e consumo	R\$ 33,77
Depreciação/amortização	R\$ 1.291,21
Embalagens	R\$ 118,11
Manutenção de maquina e equipamentos	R\$ 441,60
Matéria prima	R\$ 34.609,37
Total	R\$ 36.494,06

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados obtidos na pesquisa.

Tabela 13 – Detalhamento do farelo quanto ao tipo produzido.

Produto/kg	Quantidade/kg	Custo matéria prima	Custo embalagem
Farelo 25 kg	121.500,00	R\$ 26.066,35	R\$ 5.530,99
Farelo a granel kg	365.580,00	R\$ 78.294,77	
Total	487.080,00	R\$ 104.361,12	R\$ 5.530,99

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados obtidos na pesquisa.

O custo de embalagem com farelo ocorre somente com o produto vendido na opção de 25 kg. O farelo comercializado na opção a granel não possui custos com embalagem para a empresa.

A maior produção em termos de kg é na opção a granel.

O preço médio do farelo é de R\$ 0,36 por kg, para ambas as opções, assim como o rateio é constante para ambos, como pode ser observado na tabela 16.

O rateio realizado tem se tornando uma ferramenta útil na contabilidade financeira para avaliar os estoques, assim como, fins gerenciais e de controle. Uma vez que custos indiretos tornaram-se uma parcela representativa dos custos de fabricação de muitas organizações e de segmentos de indústria tomados como um todo.

Desta forma, torna-se importante realizar o rateio afim de ter um maior controle sobre os gastos indiretos, afim de manter um controle efetivo dos custos.

Tabela 14 – Detalhamento do rateio do Arroz Branco

Produto / kg	quantidade / kg	%	PREÇO MÉDIO	Valor Total	%	RATEIO kg	R\$/kg	RATEIO R\$	R\$/kg
POR KG									
Arroz branco	2.056.890,00	26,62 %	R\$ 2,39	R\$ 4.915.967,10	30,4 %	R\$ 08.461,55	R\$ 0,0527	R\$ 23.924,27	R\$ 0,06
Farinha	32.790,00	0,42 %	R\$ 1,60	R\$ 52.464,00	0,32 %	R\$ 1.729,04	R\$ 0,0527	R\$ 1.322,54	R\$ 0,04
Resíduo branco	287.460,00	3,72 %	R\$ 0,51	R\$ 146.604,60	0,91 %	R\$ 15.158,01	R\$ 0,0527	R\$ 3.695,69	R\$ 0,01

Farinh	7.060,00	0,09	R\$ 1,60	R\$	0,07	R\$	R\$	R\$	R\$
a		%		11.296,00	%	372,28	0,0527	284,76	0,04

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados obtidos na pesquisa.

Do total produzido pela indústria beneficiadora de arroz, o arroz branco corresponde a 30,41% do total no mês de Fevereiro.

Em termos de preço para o Kg, após o rateio o arroz branco possui o maior preço, seguido da farinha, que de arroz branco.

Quanto ao preço médio por kg, o arroz branco possui o maior valor, seguido pela farinha e por último o resíduo branco.

Tabela 15 - Arroz Parboilizado

Produto	Quantidade/	PREÇO	Valor	RATEIO	RATEIO				
/kg	kg	MÉDIO	POR	kg	\$/kg	R\$	\$/kg	R\$	\$/kg
		KG	Total						
Resido	85.960,	,70	R\$ 0,51	\$	\$	\$	\$	\$	\$
pardo	00	%		145.839,6	,90	15.078,	0,05	3.676,4	0,01
				0	%	91		0	
Falha				R					
seca kg	0.480,0	,14	\$ 0,12	\$,01	\$	\$	\$ 31,70	\$
	0	%		1.257,60	%	552,62	0,05		0,00
Arroz				R					
parboiliza	.559.85	9,01	\$ 2,35	\$	6,29	\$	\$	\$	\$
do	0,00	%		10.715.64	%	240.444	0,05	270.125	0,06
				7,50		,74		,65	

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados obtidos na pesquisa.

Dos produtos resultantes do arroz parboilizado, o arroz propriamente dito possui a sua maior produção em termos de quantidade, se comparado a falha seca e o resíduo.

Percebe-se também que a produção em quantidade de kg de arroz parboilizado é superior a produção de arroz branco, na indústria beneficiadora de arroz. O que eleva também o rateio por R\$/Kg, se comparado aos demais itens. A diferença é significativa.

Ainda, o preço médio por kg do arroz parboilizado é superior aos demais itens deste produto. Essa elevação se deve ao fato do processo e do custo pelo qual

o produto necessitou para poder ser comercializado. Enquanto que o resíduo pardo é resultado deste processo, assim como a falha seca. Além disso, apesar de não compreender um lapso temporal maior, acredita-se que, quanto maior a produção de arroz parboilizado, maior a produção de falha seca e de resíduo. Uma vez que tais produtos dependem necessariamente da produção de arroz. O inverso é procedente, quanto menor a produção de arroz parboilizado pela indústria, menor será a quantidade de resíduos produzidos.

A falha seca por exemplo, não possui nenhum valor agregado resultante do R\$/Kg.

Além disso, da produção total mensal do mês de Fevereiro, o arroz parboilizado corresponde a 66,29%.

Tabela 16 - Farelo

Prod uto/kg	Quantid ade/ kg	%	PREÇO MÉDIO POR KG	Valor Total	%	RATEI O kg	R\$/kg	RATEIO R\$	R\$/ kg
Farelo 25 kg	121.500	1,57 %	R\$ 0,36	R\$ 43.740,00	0,27 %	R\$ 6.406,80	R\$ 0,05	R\$ 1.102,62	R\$ 0,01
Farelo a granel kg	365.580	4,73 %	R\$ 0,36	R\$ 131.608,80	0,81 %	R\$ 19.277,34	R\$ 0,05	R\$ 3.317,66	R\$ 0,01
Total de kg produzido	7.727.570			R\$ 16.164.425,20	100 %	R\$ 407.481,29		R\$ 407.481,29	0,05

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados obtidos na pesquisa.

Apesar do preço médio pro kg ser o mesmo para a produção de farelo granel e farelo de 25 kg, do total produzido na indústria, 81% da sua produção corresponde ao tipo granel. Apenas 27% do montante produzido é resultado do tipo de farelo de 25 kg.

Os valores são constantes, tanto para o rateio por kg quanto o rateio por R\$/Kg em ambos os tipos de, ou seja, no granel e no farelo de 25 kg.

Desta forma, independente do tipo a ser produzido pela indústria beneficiadora de arroz, o montante em reais resultante seria indiferente ao tipo de produto produzido, nesta modalidade em específico.

Sendo assim, as colunas em R\$/Kg e o preço médio por Kg d tabela 16 são constante, diferente do que ocorre nos demais itens que são produzidos pela beneficiadora de arroz.

4.7 ANÁLISE GERAL

Torna-se importante realizar o rateio a fim de ter um controle efetivo dos custos.

O estudo utilizou-se dois tipos de rateio, o por kg, ou seja, quantidade e por R\$, ou seja, por valor.

Sendo que a segunda opção, é mais precisa uma vez que já informa o custo final do produto para a empresa. Já o rateio por quantidade, necessitará ainda, de ajustes para que se possa estar verificando os custos que implicariam no valor final do produto.

Além disso, a indústria beneficiadora de arroz, por trabalhar com mais de um produto, o rateio por valor é mais vantajoso, por já fornecer o custo final de cada item.

5 CONCLUSÃO

O estudo trouxe o rateio por kg e por R\$/kg, apesar de que o segundo é mais preciso que o primeiro e sendo comumente mais utilizado para os resultados com maior precisão na gestão financeira.

Percebe-se ainda que o arroz parboilizado corresponde a 66,29% do total processado pela empresa, seguido do arroz branco com 30,41%. Sendo ambos os carros chefes da empresa, que apresentam a maior lucratividade.

São estes os produtos que também apresentam maior quantidade em termos kg dos produtos que dão entrada na empresa.

Percebe-se ainda, que a indústria beneficiadora de arroz, busca aproveitar ao máximo os produtos, aproveitando os resíduos para comercialização.

6 REFERÊNCIAS

ABRAS, Katia; GONÇALVES, Marguit Neumann; LEONICE, Maury. **Os métodos de custeio:** vantagens, desvantagens e sua aplicabilidade nos diversos tipos de organizações apresentadas pela literatura. ConTexto, Porto Alegre, v. 12, n. 22, p. 145-159, 2º semestre 2012

ANDRIOLI, Antonio Inácio. **Cooperativismo: Uma resistência à exclusão** – Revista Espaço Acadêmico –19/dezembro, 2002. www.espacoacademico.com.br/019/19andrioli.htm. Acesso em 25.10.2016,

BATALHA, M. O. **Gestão agroindustrial**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

BERTI, Anélio. **Contabilidade e análise de custos**. 1ª.ed. Curitiba: Juruá, 2006.

BEZZERA, J. A. **Agronegócio e a nova divisão social e territorial do trabalho agropecuário formal no nordeste**. 2008. 260p. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza – Ceará, 2008.

BITTAR, Eduardo C.B. **Metodologia da pesquisa jurídica:** teoria e prática para os cursos de direito. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

BULGARELLI, Waldírio. **As sociedades cooperativas e a sua disciplina jurídica**. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

CARVALHO, D. F. **A contabilidade de custos e os métodos de custeio: uma análise da utilização gerencial da informação da contabilidade de custos pelas indústrias de autopeças da região metropolitana de Belo Horizonte**. 2002. 143p. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade gerencial:** teoria e pratica. São Paulo: Atlas, 1998.

DALFAFOVO, Michael Samir; LANA, Rogério Adilson; SILVEIRA, Amélia. **Métodos quantitativos e qualitativos**: um resgate teórico. Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.2, n.4, p.01- 13, Sem II. 2008.

DYNIWICZ, A. M. **Metodologia da pesquisa em saúde para iniciantes**. São Paulo: Editora Difusão, 2007.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de Metodologia**. 3 ed. - São Paulo: Saraiva, 2001

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOLDENBERG, M. Estudo de caso. In: GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. 11 ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

GOMES, Fabricio Pereira; DE ARAUJO, Richard Medeiros. **Pesquisa Quanti-Qualitativa em Administração**: uma visão holística do objeto em estudo. Universidade Federal da Paraíba: Paraíba. 2016. 11p.

INÁCIO, C. de T. **Certificação de qualidade ambiental em processos de produção de arroz**. Florianópolis, 1999. 80 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina. p. 1-7

GUIMARÃES, Mario Krueel e Araújo, Adilson. **Ensino Básico de Cooperativismo à Distância** – 2ª ed. – Brasília. Confabras, 1999.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de Administração Financeira**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

LEONE, George S. Guerra. **Curso básico de contabilidade de custos**. 2. ed. São Paulo, 2002.

LEONE, George S. Guerra. **Custos**: Um enfoque administrativo. Rio de Janeiro: Editora fundação Getúlio Vargas, 1998.

LUDWIG, V. S. **A agroindústria processadora de arroz: um estudo das principais características organizacionais e estratégicas das empresas líderes gaúchas.** 2004. 167p. Dissertação. (Mestrado em Agronegócio). – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

LUTHER, Robert G. **Fixed costs and sunk costs in decision-making.** Management Accounting. London, U.K., p.37-42, Jan. 1992.

KAPLAN, S. Robert; COOPER, Robin. **How cost accounting distorts product costs.** 1987.

MARCHESE, A. M. **Administração e organização das cooperativas de produção: um estudo de caso.** 2006. 38p. Monografia. (Curso de Bacharel em Administração) – Centro Universitário de Brasília – Brasília, 2006.

MARTINS, Airton. **A gestão de custos e o desenvolvimento empresarial: um estudo de caso na RGB indústria metalúrgica LTDA.** Dissertação (Mestrado), Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

MOLINARI, J. **As relações do mercado de soja com as vendas de colheitadeiras: a realidade de John Deere no Rio Grande do Sul.** 2012. 82 páginas. Monografia. (Graduação em Ciências Econômicas) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Santa Rosa – RS – 2012.

MOREIRA, R. S.; MANDUCA, J. A. **Comercialização.** In: VIEIRA, N. R. de A.; BAÊTA DOS SANTOS, A.; SANT'ANA, E. P. (Editores). A cultura do arroz no Brasil. Santo Antônio de Goiás: Embrapa Arroz e Feijão, 1999. p. 622-633.

MOTTA, Lucas. **Proposta de implantação de um modelo gerencial de demonstrativo de resultado do exercício: um estudo de caso aplicado á uma pequena padaria.** 2016. 70 páginas. Monografia do Curso de Administração de Empresas da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC.

MOWEN, M.M; HANSEN, D.R. **Gestão de Custos: Contabilidade e controle.** São Paulo: Pioneira Thonsom. 2001.

OSTRENGA, Michael R. et al. **Guia da Ernst & Young para gestão total dos custos**. Rio de Janeiro: Record. 1997.

PINZAN, Anderson Ferreira. **Métodos de custeio e seus propósitos de uso: análise por meio de estudos de casos múltiplos**. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, 2013, 126p.

PEDROSO, B. A. Arroz irrigado: obtenção e manejo de cultivares. 3. ed. atual. Porto Alegre: Sagra, 1989. p. 8-10, 34-43, 69-117, 164-166.

PROCHOW, R. **Alternativas tecnológicas para a produção integrada de arroz orgânico**. 2002. 193p. Dissertação (Mestrado em Agrossistemas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

REVISTA CAMPO ABERTO. **A Força das Cooperativas no Campo**. Publicação nº 72, seção Cenário, 2003. www.massei.com.br/portugues/campo/campo. Acesso em 03.10.2016.

SAMPIERI, Roberto H; COLLADO Carlos F; LUCIO, Pilar B. **Metodologia de Pesquisa**. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

SINDARROZ. **A história do arroz**. Disponível em: <http://www.sindarroz-sc.com.br/>. Acesso em: 22 de Outubro de 2016.

SCARPARO, Antonio S; **Análise Econômica e Financeira**. Porto Alegre, 1977.

SOMARIVA, Vanessa. **Aplicação dos métodos de custeio por absorção com ênfase nos critérios de rateios: um estudo de caso em indústria de equipamento para avicultura**. Monografia, Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, Criciúma, 2010, 101p.

SOUZA, D. P.; SOARES, F.; MELLO, I. A. **Contabilidade gerencial no agronegócio Laerte Florindo e Outro**. 2009. 87 páginas. Trabalho de Conclusão de Curso. (Curso de Ciências Contábeis) – Centro Universitário Católica Salesiano Auxilium. Lins, São Paulo, 2009.

WERNKE, Rodney. **Análise de custos e preços de venda: ênfase em aplicações e casos nacionais**. São Paulo: Saraiva, 2005.

WERNKE, Rodney. **Gestão de custos**: Uma abordagem prática. São Paulo: Atlas, 2004.